CHAVE DE RESPOSTA

I. **Foro competente e endereçamento:** Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) de Direito da ___ Vara da Fazenda Pública da Comarca de Raio de Luz/MG.
II. **Peça cobrada**: petição inicial
III. **Ação**: Ação Civil Pública, com amparo no artigo 1º, da Lei nº 7.347/1985, com o fito de vindicar reparação de danos ao meio ambiente, à ordem urbanística e ao patrimônio público e social.
IV. **Indicação adequada dos polos ativo e passivo, com as correspondentes qualificações**:
Polo Ativo: Município Raio de Luz/Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº xxx, representada por seu procurador (a), com sede na rua XXXX, número XXX, bairro XXX, na comarca de Raio Luz/Minas Gerais
Polo Passivo: Ex-prefeito, empresa contratada e ex-secretário de obras
V. **Descrição dos fatos e dos fundamentos jurídicos**, com coerência, sistematicidade, trazendo sustentáculos, preceituados nos artigos 37, caput, os quais tutelam os princípios explícitos da legalidade, moralidade, impessoalidade e eficiência violados. No mesmo sentido, emerge a teoria do risco administrativo, prevista no artigo 37, §6º, do diploma em apreço, que prevê a responsabilidade objetiva da pessoa jurídica e direito de regresso contra o agente causador do dano.
Em termos de antropocentrismo ambiental, singular é o artigo 225, caput e §3º, do diploma constitucional, responsável por prever proteção ao meio ambiente e responsabilidade pelos danos ambientais, também de forma objetiva.
VI. **Formular corretamente os pedidos e requerimentos:**
a) A citação do réu, por intermédio de sua representação judicial, para, querendo, apresentar defesa no prazo legal sob pena de revelia;
b) A procedência do pedido,
c) Condenação dos réus à recuperação da área degradada;
d) Indenização pelos danos materiais e morais coletivos;
e) Ressarcimento integral ao erário municipal dos valores desviados;
f) Declaração de nulidade do contrato celebrado irregularmente;
g) Intimação do Ministério Público para atuar como fiscal da lei .
h) A produção de todas as provas admitidas em direito;
i) A designação da audiência prévia de mediação ou conciliação a ser marcada por esse juízo;
j) A condenação dos réus ao pagamento dos honorários advocatícios e custas processuais;
k) Atribuir valor à causa
l) indicar data, local e assinatura do procurador